

AS RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA NOS PROCESSOS DE SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO

ANABELA MAURÍCIO DE SANTANA¹

Resumo: A proposta do trabalho é refletir sobre o valor histórico de homens e mulheres, enfatizando a trajetória das mulheres na história, identificando as relações humanas. Inicialmente, pretende-se discutir a trajetória feminina, fazendo abordagens acerca do casamento, salientando o processo de reconfiguração das subjetividades femininas e masculinas os espaços e contextos que estão inseridos. Em seguida, discutimos o fato de a sociedade contemplar modelos de famílias que correspondem a diferentes papéis para homens e mulheres, onde as mulheres pesquisadas confirmam o que dizem os autores acerca da família, da construção de gênero, das dificuldades e desafios, a inserção da mulher no mercado de trabalho, violência, sexualidade, como também sobre políticas públicas, que estudam esse fenômeno.

Palavras - chave: Mulher. Casamento. Família. Gênero e Poder.

RELATIONS OF GENDER, SEXUALITY AND VIOLENCE IN THE PROCESS OF SEPARATION/DIVORCE

Abstract: The proposal of work is to reflect on the historical value of men and women, emphasizing the trajectory of women in history, identifying human relations. Initially we intend to discuss the history of women, making approaches to marriage, emphasizing the process of reconfiguration of female and male subjectivities spaces and contexts that are inserted. Then discussed the fact that the society include models of families that correspond to different roles for men and women, where women surveyed confirm who say the authors about the family, the construction of gender, difficulties and challenges, the insertion of women in the labour market, violence, sexuality, but also on public policy, studying this phenomenon.

Keywords: Women. Marriage. Family. Gender and Power.

1. INTRODUÇÃO

A mídia impressa e televisiva, nos últimos anos, tem veiculado reportagens enfocando a atuação da mulher na sociedade contemporânea sob uma nova perspectiva, ou seja, apresenta o empoderamento da mulher, mencionando a crescente participação na vida pública, através da inserção nas universidades e no mercado de trabalho, o que por sua vez produz mudanças significativas no que se refere aos papéis desempenhados por ela no âmbito social e familiar. Mas, também vem transmitindo notícias acerca da violência contra a mulher; nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que alguns programas televisivos, que dramatizam os crimes passionais, estupro seguidos de morte, incesto, trazem uma dupla mensagem, porque de um lado acusam o criminoso, mas ao mesmo tempo romantizam o fato. Logo, esses veículos tendem a reproduzir e perpetuar a versão de que a “vítima é responsável por sua morte”.

Entretanto, é pertinente louvar as mudanças positivas, visto que até metade do século XX a mulher tinha um papel diferenciado e era percebida como a sombra do esposo. Outrossim, até o período em questão, os moldes patriarcais permaneciam fortemente presentes, uma vez que a família era chefiada pela figura do homem, cujo papel era prover o sustento econômico da unidade doméstica e tutelar a mulher, a quem cabia a tarefa de ser mãe, esposa e cuidar do lar, sem o direito de participação nas decisões da família, nem mesmo na educação dos filhos. Logo, percebe-se a força cultural e social exercida sobre a família no seu modo de ser e de viver. Não obstante, não se pode homogeneizar o sujeito mulher, visto que é melhor pensar nas construções dos sexos do que na categoria de gênero.

Paralelo a isso, Scott registra:

A alternativa à construção binária da diferença sexual não é a igualdade, a identidade ou a androgenia. Ao incluir as mulheres dentro de uma identidade “humana” geral, perdemos a especificidade da diversidade feminina e as experiências das mulheres;

em outras palavras, regressamos aos dias em que se supunha que a história do “homem” era a história de todas as pessoas, quando mulheres estavam “esquecidas pela história”, quando o feminino servia de contraponto negativo – o “Outro” – para a construção de uma identidade positiva masculina. (SCOTT, 1994, p. 219).

Logo, segundo Valcárcel (1994) é oportuno esclarecer as mudanças de posição das mulheres, cujas mudanças produzem transformações imprevisíveis e também efeitos emergentes e indesejáveis, visto que a nova posição feminina é um dado gerador de incertezas, receios e “fracasso” para o homem, em virtude do medo da igualdade, onde podemos entender segundo a autora como “crise do sujeito”. Outrossim, para a estudiosa “o feminismo continua correndo o risco de ficar em um movimento monocausal se não for capaz de realizar todos os seus ajustes com as tradições políticas precedentes” e, por conseguinte, a emancipação das mulheres pode ser visualizada como fator social e biológico, pois tudo o que diz respeito à teoria de igualdade, liberdade e participação na tomada de decisões e no poder, atrela-se as teorias gerais da natureza humana.

O presente artigo tem por finalidade conhecer e analisar o cotidiano de mulheres que transitam no Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Tiradentes, situado à Avenida Sete de Setembro nº 320, Aracaju/SE, objetivando abertura de processo de separação/divórcio, considerando o impacto para elas/es e seus familiares. A idéia de investigar a temática surgiu de vivências no cotidiano de trabalho no Escritório Modelo, mas também, devido à relevância da temática que, nos últimos anos, tem sido objeto de estudo. A contribuição deste artigo para a literatura é importante por vários aspectos, porque pretendemos chamar atenção para a reprodução e banalização da violência cotidiana; para as experiências vivenciadas pelas mulheres no espaço público e sobre a sexualidade atrelada as relações de gênero e poder.

Do conjunto das questões levantadas acima, iremos concentrar em dois pontos que são interligados: o primeiro as possibilidades de poder tratar o termo gênero de forma gramatical para distinguir seu conceito, visualizando-o como categoria que deve ser investigada nas diversas dimensões para possibilitar assim a identificação das classes sociais. E o segundo diz respeito aos

processos de separação/divórcio, geração e a supremacia da violência. Para tratar desses pontos iremos percorrer um conjunto de pesquisas sobre mulher, projeto de vida, gênero, sexualidade, família e poder.

2. VIOLÊNCIA: GÊNERO E PODER

Acerca da terminologia violência pode-se dizer que é um termo de múltiplos significados que vem sendo utilizado para nomear desde as formas mais cruéis de tortura até as formas mais “sutis” da violência que tem espaço na família, nas empresas, entre outras. Logo, cabe mencionar que alguns estudiosos esboçam definições abrangentes da violência, onde as condições sociais, a distribuição desigual de bens e informações são geradores de violência tanto quanto os episódios agudos (a violência física).

Consideramos, pois, que cabe a família, ao poder público e a sociedade criar e disponibilizar condições necessárias para o exercício efetivo dos direitos à saúde, à vida, à alimentação, à educação, à segurança, ao acesso a justiça, à convivência familiar e comunitária, entre outros. Logo, percebe-se que ao poder público caberá o desenvolvimento de políticas, com o intuito de garantir os direitos humanos das mulheres meio as relações domésticas e familiares, cujas políticas irão resguardá-las de: discriminação, exploração, violência, crueldade, negligência e opressão.

No que se refere a políticas públicas, Gama traz a construção dos Estados de Bem-Estar Social ressaltando que ele se estabelece na divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres os papéis de mães, esposas, cuidadoras e trabalhadoras no lar, mesmo quando inseridas também no mercado de trabalho, administrando as duplas e/ou triplas jornadas atribuídas a elas e que, ironicamente, as tornam heroínas ou abnegadas, enquanto aos homens cabe o papel de provedor de suas famílias por meio do trabalho remunerado. (2008, p. 43)

Essa estudiosa ainda tece comentários, sobre o movimento de liberação das mulheres salientando que:

A Conferência Internacional da Mulher, em 1975, reconheceu claramente a relevância do Estado para a solução do problema da dependência feminina aos homens, por meio da promoção da igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, e da luta por igualdade salarial, creches, aborto e contracepção, medidas relacionadas à autonomia feminina de diferentes formas. Ao mesmo tempo, contudo, as relações entre o Estado e a família foram postas em evidência, principalmente, a forma pela qual o Estado sistematicamente estruturou a provisão de bem-estar social através do trabalho “invisível” da mulher. (GAMA, 2008, p. 43).

¹ “Um problema comum da crítica ao essencialismo tem sido o abandono da categoria de sujeito como a entidade transparente e racional que poderia outorgar um significado homogêneo ao campo total da conduta por ser a fonte da ação. [...] A história do sujeito é a história de suas identificações, e não há uma identidade oculta que deva ser resgatada além da última identificação” (Mouffe, 1994, p. 31)

Ante esse entendimento, percebe-se que o reordenamento proposto através do Estado via políticas afirmativas chocam-se com o princípio de universalidade do direito e a garantia de mínimos sociais, cujas políticas deveriam deixar de ser benesse ou favor e converter-se em direito do cidadão e dever do Estado. Logo, as igualdades de gênero^{II} devem está no cerne das políticas de governança, onde a mulher deve ter espaço para contribuir ativamente na elaboração e aplicabilidade das políticas sociais, visto que a mulher deve ter espaço para falar e de fato ser ouvida, entretanto, ouvir a mulher não é só suficiente, pois deve-se também despertar nas mulheres o espírito político, pois poucas são as mulheres que participam do foco das políticas que decidem planos e ações que venham no “mínimo” “reconhecer que as mulheres necessitam de proteção social pública e demandam por ela” conforme salienta Gama (2008)

Sendo assim, Cisne e Gurgel (2008, p. 70) ressaltam que “o feminismo, como sujeito político, movimenta-se nos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista e confronta-se com o papel ideológico do Estado, da família e da Igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceituosos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos”. E ao reportarem-se a Vera Soares (1998) sintetizam “[...] o feminismo é a ação política das mulheres, cuja política engloba teoria, prática, ética, tendo como meta tomar as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social, ou seja, despertar nas mulheres, meios para que elas se percebam enquanto sujeitos e agentes da história. Propondo que elas lacem-se no processo de transformar a si mesmas e ao mundo”. (Soares apud Cisne e Gurgel, 2008 p. 71).

Outrossim, as estudiosas ao mencionarem Montañó (2002) observam nesse contexto, as ONGs, pois elas revestem-se de “parceiras” na negociação dos direitos sociais, intermediando muitas vezes o acesso dos indivíduos a esses direitos, cujos direitos são implementados de forma pulverizada, temporária, precária e focalizada, ferindo o princípio da universalidade das políticas públicas. Logo, as ONGs podem contribuir para a legitimação da desresponsabilização do Estado. (Montañó apud Cisne e Gurgel, 2008, p. 75).

Sob essa visão percebe-se a importância da reivindicação de políticas públicas de gênero, visto

que a análise das condições de vida das mulheres trabalhadoras, especialmente as negras, que são as mais pobres, portanto, torna-se perceptível que são elas que estão nos empregos mais precarizados e com salários aviltantes que qualquer outro segmento social. Sendo elas, mães, esposas, donas-de-casa e marginalizadas pela sua condição de ser mulher. (Cisne e Gurgel, 2008, p. 88).

Nesse ínterim, Gama salienta:

O modelo americano do “trabalho para todos” desenvolve políticas de gênero orientadas pelo mercado. O grande incentivo ao trabalho remunerado das mulheres faz com que elas recebam uma maior remuneração e haja uma diminuição da distância salarial entre homens e mulheres, além de elas ocuparem cargos mais altos e reconhecidamente “masculinos”. (GAMA, 2008, p. 43).

Esse entendimento evidencia mais uma vez a necessidade de políticas afirmativas, objetivando o processo de equiparação entre homens e mulheres, visto que o que deve ser colocado em pauta é igualdade de gênero e não a supremacia feminina em detrimento da masculina, pois devemos nos desvencilhar da segregação no mercado de trabalho que por sua vez encontra-se imbricada na diferenciação salarial para a mesma função, sem esquecer a distribuição do trabalho não remunerado que, por conseguinte, é direcionado como feminino (tarefas e/ou atribuições domésticas) e não reconhecido como trabalho. Nesse sentido, Castro (2001, p. 63) alega que o “Os movimentos sociais mais criativos e dinâmicos relacionados ao feminismo no Brasil tentam conjugar diferentes identidades, como os coletivos de mulheres negras, sugerindo um novo conhecimento sobre as inter-relações entre gênero, geração, raça e classe”.

Sacks (1979) salienta ao reportar-se a Engels (1891) que a família foi a unidade social e econômica básica, e cabia às mulheres fazer trabalhos caseiro e dirigir os grupos, onde em algumas famílias “comunitárias primitivas” o trabalho feminino tinha o mesmo valor que o trabalho desempenhado pelo homem. Assim, afirma-se que “homens e mulheres foram simplesmente envolvidos em diferentes estágios de produção da mesma espécie de gênero – a produção para a subsistência”.

Rosaldo (1979, p. 35), em seus estudos apresenta que “toda sociedade conhecida reconhece e elabora algumas diferenças entre os sexos, entretanto, as atividades masculinas, opostas às femininas, são sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dão poder e valor aos papéis e atividades dos homens, logo percebe-se que parece universal a diferença nas avaliações culturais do homem e da mulher”.

^{II} “O objetivo da promoção da igualdade de gênero por políticas públicas trilha caminhos diferenciados na sua interpretação e proposição política, com a ressalva de suas interconexões. A primeira vertente nasce da tradição maternalista e mantém alguns de seus traços na perspectiva da conciliação trabalho-família. A segunda coloca o problema em termos igualitaristas na direção de uma “neutralidade” de gênero na alocação das oportunidades e condições de vida”. (Gama, 2008, p. 45)

Não obstante, a desigualdade de poder influencia os comportamentos individuais e, por conseguinte, se manifesta através de diversos jogos de poder nas relações existentes entre os seres. Destes jogos, o da vítima e/ou vilão é o mais comum e facilmente incorporado pelas pessoas. Elas escolhem estes papéis, mesmo que inconscientemente, de acordo com as suas tendências e condicionamentos culturais. Assim, na relação afetiva, a mulher é educada e condicionada para apropriar-se do papel de mais passiva (observa-se que tende a funcionar como vítima) e o homem, treinado mais para a ação e para ser forte/viril/guerreiro (incorpora, reproduz atração para o vilão).

Nesse sentido, Safiotti ao dar significado a categoria opressão registra que:

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade. (SAFIOTTI, 2009, p. 105).

É possível, diante destes recortes teórico-analíticos, ressaltar que a violência atinge principalmente as mulheres independentemente de idade, religião, etnia, nacionalidade, condição social e “opção” sexual. Sobretudo, o efeito é social, visto que afeta o bem-estar, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal, a segurança e a auto-estima das vítimas. Logo, à violência doméstica e sexual estão atreladas a outras formas de violação dos direitos das mulheres – do tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde ao assédio sexual e preconceito no local de trabalho; da diferença de remuneração em relação aos homens à injusta distribuição de renda –.

Na perspectiva de Pateman, a história do contrato sexual é de suma importância para a compreensão do patriarcado moderno, assim a estudiosa contextualiza abordando que o mercado capitalista vinha sendo formado de forma independente de atividades e as famílias abrangiam servos, aprendizes e escravos, bem como o senhor, sua mulher e seus filhos, isto é, desta forma, surgiu os contratos – casamentos, compra de escravos, dentre outros –, onde cabe enfatizar que tal contrato dava ao homem o direito sobre a esposa, ou seja, ela é sua propriedade. Haja vista, como menciona a estudiosa “[...] O casamento é estado primitivo de escravidão que perdura [...] ele não perdeu a marca de sua origem selvagem”. (1993, p. 175)

É necessário reconhecer que em cada realidade social, os intrincados mecanismos determinam as condições de vida das pessoas e a maneira como elas enfrentam as questões que envolvem as categorias de análise: amor/casamento/família/sexo/separação, visto que os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais interferem nas categorias citadas. Assim, cabe salientar que as mulheres através do contrato nupcial, de forma (in)consciente sabiam que no casamento poderia ser relegada ao fracasso e ser escrava, onde Pateman (1993, p. 180) registra que tal “comparação das mulheres e das esposas com escravos^{III} foi feita com frequência a partir do século XVII”. Salientando também que “o direito conjugal dos maridos é o exemplo mais claro da maneira pela qual a origem moderna do direito político, enquanto direito sexual, é traduzido por meio do contrato de casamento no direito de todos os membros da fraternidade da vida cotidiana”. (1993, p. 185).

Paralelo, Costa (1998, pp. 19-21) em seus estudos destaca que na teoria do marxismo clássico, a opressão feminina é fruto da propriedade privada e, por conseguinte, o papel da reprodução que a mulher desenvolve no seio familiar, logo ao reportar-se a Marx e Engels, ressalta que a dependência da mulher não é fruto de sua natureza feminina e sim de todo um processo histórico intrínseco a própria evolução da família.

Não obstante, Engels critica afirmando que:

Uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada. (ENGELS, 1977).

Para Safiotti (2009) “a questão se situa na tolerância e até mesmo no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer”.

3. MULHER/GÊNERO/FEMINISMO

Scott (1990) em seus estudos relativos ao gênero como categoria de análise ressalta que essas preocupações teóricas só apareceram no final do século XX; assim, o termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas

^{III} “A melhor caracterização da situação da esposa é que ela era a principal escrava do senhor, ou, mais comumente, como muitas das primeiras feministas insistiram, uma esposa era somente a principal serva do chefe da família”. (Pateman, 1993, p. 187)

objetivando reivindicar certo campo de definição e, por conseguinte, insistir sobre o caráter inadequado das teorias estabelecidas para explicar as desigualdades persistentes entre mulheres e homens.

Dáí se observa que a sociedade patriarcal traçou um perfil do que é ser homem e mulher, visto que algumas características cessam o que é próprio de cada um deles, pois é o gênero que determina não apenas quem faz o quê, mas também quem toma as decisões, haja vista que ambos desempenham um papel produtivo e comunitário nas esferas familiar, cultural e social.

Cruz (2009, p. 16) em seus estudos elenca que as relações de gênero são relações de poder e que por sua vez estruturam as relações em todos os espaços da sociedade, onde para se construir relações mais igualitárias entre os sexos, as raças e as gerações é preciso trabalhar com um marco conceitual que de fato dê conta dessa complexidade, entretanto, a dificuldade encontra-se em distinguir as categorias mulher e gênero. Logo, o gênero não pode ser colocado como sinônimo de mulher, visto que o conceito de gênero constitui uma contribuição significativa e oportuna para a análise das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos.

Nesse sentido, faz-se mister ressaltar que através da atuação do movimento de mulheres, o fato de impedir a mulher de trabalhar na esfera pública, impedi-la de participar de atividades sociais, de escolher seu tipo de vestimenta, de ter amigas/os, relações sexuais forçadas dentro e/ou fora do casamento, agressões domésticas, humilhações privadas e/ou públicas deixaram de ser atitudes consideradas “naturais”.

Com efeito, partindo desse pressuposto, percebe-se que desde meados do século XIX até após da Primeira Guerra Mundial, o contexto econômico, social e cultural brasileiro mudou deliberadamente, visto que a urbanização que pode ser considerada como uma das conseqüências da industrialização alterou o cotidiano, especificamente o feminino, pois as mulheres passaram a ocupar cada vez mais o espaço público (estudar, trabalhar, entre outros). Todavia, tanto naquele período, como hoje, menciona-se que o fato de as mulheres trabalharem fora de casa gera a desagregação da família. Para tanto, Alambert (1986) em suas pesquisas registra devido o novo modo de produção exigia-se a mão-de-obra feminina em virtude dos baixos salários e porque a mulher adaptava-se a certos trabalhos industriais (sobretudo no setor têxtil), logo percebe-se que a grande massa feminina foi atirada à produção sem instrução, sem formação profissional, sem proteção legal, ficando sujeita ao livre-arbítrio do patrão

Quanto a isso, Cornell e Seyla observa que:

Quanto à questão da “utopia do trabalho” os teóricos feministas não questionaram o marxismo de maneira radical. O movimento em favor dos “salários para o trabalho doméstico”, por exemplo, válido para a lógica marxista, exigia que as mulheres primeiro se tornassem assalariadas no lar antes que pudessem se emancipar como produtoras em público. Perdidos em intermináveis discussões sobre o que vinha primeiro – a luta de classes ou a luta de gêneros – muitos teóricos feministas marxistas deixaram de indagar se a utopia marxista do trabalho poderia conciliar os desejos de autodeterminação das mulheres e a visão feminista da liberação humana. (CORNEL; SEYLA, 1987, p. 21).

Scavone (2004) ressalta que as diversas nomenclaturas destes estudos sobre gênero/feminismo refletem as diferentes abordagens teóricas ofertadas à temática e o percurso que empreenderam os estudos e a reflexão das Ciências Sociais que por sua vez acompanharam as lutas políticas do feminismo contemporâneo. Os estudos e as pesquisas de Gênero/relações de sexo se caracterizam pelo fato de terem sido (e continuarem sendo) produzidos, pelas próprias mulheres. Nesse sentido, percebe-se que do ponto de vista sociopolítico, toda esta situação identifica e indica para a influência de um movimento social no processo de produção do conhecimento científico e vice-versa.

Buttler (2003) por sua vez, acata claramente que o gênero não pode ser percebido apenas enquanto um substantivo, mas tampouco pode ser considerado conjunto de atributos oscilante, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.

Como assinala Scott (1990), o gênero é uniformemente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, que por sua vez se torna uma maneira de apontar as “construções sociais” – a criação social das idéias acerca dos papéis próprios aos homens e às mulheres refere-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres, visto que a categoria de gênero oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

Não obstante, a estudiosa ressalta que “o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.” Logo, pode-se concluir que as relações de gênero são fundamentadas na dominação e no poder exercido pelos sexos, onde nesse duelo na maioria das vezes o homem é quem conduz, não sendo diferente na sexualidade, visto que numa cultura que insiste em valorizar o homem como poderoso, está a mulher que vem a dura pena lutando pela conquista de

espaços o por respeito, meio a essas transformações nas relações homem-mulher, sem rejeitar a vida familiar, mas questionando o que está posto tal qual está definido, por décadas. (Idem).

Ao investigar a temática Cruz registra que:

O feminismo pode ser definido como movimento social organizado que abriu novas perspectivas e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, à produção do conhecimento e à ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política, na medida em que demandou uma nova postura de sobre as experiências e práticas concretas da vida. (CRUZ, 2009, p.143).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como sujeitos as mulheres atendidas para abertura de processo de separação/divórcio (consensual e litigioso) no Escritório Modelo e adotou-se uma amostra do tipo não-probabilística aleatória por acessibilidade sendo entrevistadas 20 mulheres durante o atendimento para abertura do processo. O estudo teve como premissa conhecer e analisar o cotidiano das mulheres, considerando as diversas problemáticas que as levaram a tomar a decisão de romper e/ou aceitarem o fim do relacionamento com o marido/companheiro, o impacto dessas decisões para estas mulheres e seus familiares, considerando ainda o perfil sócio-econômico e cultural dos mesmos. Com o intento de fazer esta investigação foram utilizados dois meses (outubro e novembro) de 2009 com o apoio da equipe de profissionais que compõe o quadro de colaboradores do Escritório Modelo.

O Escritório Modelo de Assistência Sócio Jurídica da Universidade Tiradentes é um Projeto de Extensão do Curso de Direito que presta atendimento gratuito à população independente da classe social, onde os seus usuários contam com atendimento/apoio/acompanhamento de sete profissionais da área do direito e uma assistente social, onde se faz necessário mencionar os encaminhamentos para o setor de psicologia da instituição de ensino quando detectado a necessidade.

Desta forma, durante os atendimentos fora utilizado um roteiro semi-estruturado, objetivando conduzir e orientar melhor as narrativas – com os seguintes dados: idade, estado civil, tempo do casamento e/ou união estável, escolaridade, trabalho e profissão, renda mensal e composição familiar, apoio recebido por familiares, dificuldades encontradas e por fim as perspectivas e sonhos – foram realizadas as entrevistas, a fim de obterem-se dados suficientes para compor a análise da pesquisa.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A violência esta que adentra os lares e transfiguram as relações sociais do cotidiano doméstico, deve ser visualizada e pensada como um mal que atinge homens e mulheres, visto que o convívio social resumi-se numa constante permuta entre os indivíduos que se relacionam e interagem, num processo que podemos considerar como contínuo e dialético

Esse entendimento evidencia que a sociedade atual firma seus valores a partir do indivíduo; ou seja, ele é o centro nas relações interpessoais, onde o papel da família é o de ajudar o indivíduo a trabalhar pela sua independência sem, contudo, deixar escapar seus vínculos com o seu grupo familiar, que é o espaço das diferenças, no qual o sujeito dá os primeiros passos na conquista da sua liberdade e do crescimento pessoal.

Cornell e Seyla (1987: p. 21) ao reportar-se a Foucault ressalta que a categoria de diferenciação de gênero agrega seu papel significativo a partir de um modelo de poder jurídico que por sua vez não dispõe de possibilidade de ser ultrapassado, mas que pode ser disperso ao ponto de as oposições binárias perderem sua rigidez, porque o modo como a anatomia se reveste socialmente é que determina a identidade do gênero e não propriamente o corpo, ou seja, o termo sexo é utilizado para as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo do homem e da mulher e, em contrapartida, por gênero, as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. Em outras palavras, reforça que o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica.

Logo, cabe mencionar que cada indivíduo vive em seu mundo de perspectivas e sonhos, não sendo diferente no tocante às escolhas de parceira(o), haja vista que vivemos em uma era midiática, onde o belo/jovem/escultural vem sendo colocado como “perfeito” e é o que deve ser “desejado por todos”. Segundo Butler (1987, p. 145)) “gênero e sexo parecem ser questões inteiramente culturais”. Assim, a estudiosa ao mencionar Foucault apresenta que “o “sexo” de alguém, isto é, o eu sexual anatomicamente diferenciado, está intimamente vinculado a “sexo” como uma atividade e impulso” (Foucault apud Butler, 1987, p. 150). Desta forma, constatemos o depoimento:

Convivo com ele há cinco anos e a três venho passando por vários problemas, sou humilhada o tempo todo, pois para ele estou feia, chega inclusive a falar para os vizinhos que bonitas são as mulheres dos comerciais de cerveja e que

eu sou [...] sou nada, feia e horrível e que estava bêbado quando passou a conviver comigo. (Adriana)^{IV}

O relato revela que homens e mulheres vivem em um universo de “sonhos” midiáticos e que muitas vezes ambos procuram no(a) parceiro(a) o que desejam ser ou que o outro “deve” ser, de acordo com sua visão de mundo ou visão imposta, onde muitas vezes de forma inconsciente passa a reproduzir, satisfazendo assim suas expectativas, e por conseguinte, vende a imagem criada com o objetivo da “felicidade”. Como também nos revela os relatos a seguir:

Fui casada durante 27 anos, minha filha tem 23 anos e desde o nascimento dela não tive mais nenhum contato com sexual com ele, pois ele não procura e a última vez que tentei [...] ele foi bastante agressivo, e me expulsou da cama, dizendo que tinha mulheres mais bonitas na vida dele e que eu não passava de [...] de resto de feira. Agora ele saiu de casa há cinco meses para conviver com uma menina de 17 anos, assim quero aproveitar e pedir a separação, estou aqui e quero ajuda. (Maurina)

Tínhamos apenas seis anos de casamento quando ele decidiu sair de casa deixando-me com dois filhos pequenos, pediu as contas do emprego e saiu pelo mundo, tentei entender e conversar com ele, mas tive palavras duras, falou que era muito novo para ficar naquele mundo com mulher feia e [...] e filhos e que queria viver a vida dele com as mulheres de seus sonhos. Agora depois de 12 anos tomei a decisão quero a separação, pois temo que amanhã cansado das aventuras ele volte. (Dulce)

Nesse sentido, percebe-se que essas mulheres apresentam algumas histórias de vida semelhantes e que muitas apostavam a felicidade, o bom convívio e a relação harmoniosa em seus casamentos, pois viam em seus esposos alguém que pudesse ser companheiro, amigo e amante, entretanto, vendo seus sonhos por água abaixo muitas vezes depois de anos são obrigadas a continuar ao lado deles em virtude do preconceito que sofrem e/ou sofrerão por parte principalmente de familiares, visto que a figura masculina é vista como importante numa sociedade regida por valores patriarcais. É o homem a mola mestra e propulsora do sucesso da família, todavia mesmo ele estando presente quando ocorre o “fracasso” de algum membro a mulher é culpabilizada. Conforme os depoimentos abaixo:

Quero a separação, pois não suporto mais. No início ele dizia que não queria que eu trabalhasse, porque meu lugar era em casa tomando conta de tudo, fui obrigada a abandonar emprego e estudos e agora estou com 48 anos e 27 anos de casamento e ele coloca outra mulher para conviver na mesma casa, alegando que eu e nossos dois filhos somos pesos na

vida dele. Abandonei o trabalho, porque todo o dia ao sair e ao retornar do trabalho para casa era motivo de briga, pois no trabalho eu tinha amante [...], nossas famílias sempre a favor da minha saída, pois na visão deles se eu estava casada não havia mais necessidades de trabalhar fora de casa. (Joana)

Quanto a esses fatores ora mencionados pela entrevistada Pateman (1993, pp. 206 – 210), observa que “as mulheres trabalhadoras freqüentemente não aparecem na história da classe trabalhadora, cujo emprego remunerado para as esposas ameaça tanto o direito de domínio dos maridos sobre elas quanto a organização fraternal do local de trabalho em si. Em contrapartida a estudiosa ainda saliente que mesmo quando os salários das mulheres eram necessários economicamente, seus maridos encaravam as rendas das esposas como complementares; as mulheres gastavam os seus ganhos com coisas “extras” para a casa e os filhos, de modo que “sua condição fundamental de dependentes econômicos” permanece imutável” o que hoje percebemos diga-se de passagem de maneira diferente, entretanto, faz-se mister registrar que em diversos casos o salário da mulher é a renda principal, mas mesmo assim é visualizado como mero complemento.

Estou com ele há 22 anos e não suporto mais tanta humilhação, confesso que tenho medo da separação, pois nunca ouvir palavras de incentivo, muito pelo contrário, só ouço que apenas as mulheres bonitas têm sucesso, pois as portas para elas estão sempre abertas. Não sei se o que estou fazendo é o certo, mas sei que é isso que quero mesmo sabendo que a minha família é contra, pois para eles uma mulher separada é [...] você entende. E ele diz que caso eu viesse pedir a separação irei fuçar na sarjeta. (Juliana)

Logo, faz-se necessário ressaltar que a violência pode ser caracterizada como comportamento aprendido nos processos de socialização e é construção cultural e esta inscrita em períodos históricos configurado de acordo com a ordem social, econômica e política. Entretanto, percebe-se que cotidianamente a violência faz parte da sociedade, mas é colocada à margem. Conforme menciona a cliente:

Estamos casados há 17 anos, onde nossa filha mais velha tem 13 anos de idade, desde que casamos não parei de estudar e ele infelizmente deu uma parada, mas agora retornou, pois não suporta o fato da conclusão do meu mestrado. Somos educadores, quando fiz a especialização *latu-sensu* ele falou que era bobagem, aí meu salário aumentou devido à especialização e ele foi trabalhar em uma segunda escola, com o mestrado, ele foi para uma terceira escola para não ficar com o salário menor que o meu, ele não aceita o meu sucesso e as brigas são constantes. Saio para trabalhar e meus alunos e colegas me respeitam, quando chego a nossa casa meu esposo me ofende, para ele sou a prostituta, entre outras coisas horríveis. Não devo deixar de

^{IV} Os nomes das entrevistadas são fictícios, objetivando preservação da integridade e sigilo profissional.

mencionar que de fato a renda mensal dele é maior que a minha, mas por incrível que possa parecer eu sou a provedora, pois ele não coloca nada em casa. (Mirdes)

Todo o processo educacional a priori fora pensado e organizado por homens, com base no viés masculino para os homens, visualizado-os como únicos detentores de inteligência e percepção para desempenhar com destreza o processo ensino-aprendizagem. Em contrapartida, não existia a preocupação em pensar na real ideologia da educação e sim em uma educação voltada para o empoderamento do homem em detrimento da subserviência feminina, como também dos seus reais objetivos e sonhos. Paralelo ao depoimento Rosaldo (1979) complementa que “somos herdeiros de uma tradição sociológica que trata a mulher como essencialmente desinteressante e irrelevante, aceitando como necessário e natural a mulher de alguma forma subordinada ao homem”. Isto posto, a autora salienta “a mulher pode ser importante, poderosa e influente, mas parece que em relação ao homem de sua idade e de seu status social, a mulher em todo lugar carece de poder reconhecido e valorizado culturalmente”. Não obstante, Pateman elenca (1993, p. 179):

Os homens teriam transformado as mulheres em meras empregadas se não fosse o fato de eles dependerem delas para satisfazerem seus desejos sexuais. Se os homens não tivessem desejo sexual, ou se a multiplicação da espécie não dependesse da intervenção dos homens de uma forma também lhes dá prazer sexual, não haveria necessidade da instituição na qual “cada homem traz uma mulher para seu estabelecimento e chama isso de contrato”. As mulheres são “distribuídas entre os homens [...] o fraco sempre acoplado e submetido ao forte”.

Segundo Cruz (2009, p. 107) “a inserção da mulher na esfera pública do trabalho é extremamente importante no processo de democratização da vida social e por sua vez abrange a ampliação da cidadania e dos direitos das(os) trabalhadoras(es). Nesse sentido, a estudiosa salienta que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no país a partir de 70, ampliando-se de forma acentuada e diversificada entre 1985 e 1995”.

Desta forma, podemos visualizar que o processo de crescimento da mulher gera no outro (marido/companheiro) insegurança e, por conseguinte, violência verbal seguida de violência física. O homem sentindo-se ameaçado com o sucesso da parceira passa a visualizá-la como inimiga, visto que na percepção masculina as pessoas estão percebendo-o como fraco, conforme afirma Bourdieu (1999: p. 13) em *A Dominação Masculina*, destacando que a dominação do homem

é pensada através da própria percepção e teoria dominante, cuja dominação esta associada à sexualidade, ao corpo, ao “poder” do falo (virilidade). Logo, durante o atendimento algumas mulheres não conseguem conter a emoção, ao relatar suas histórias de vida. Sendo visíveis lágrimas rolaem em seus rostos, contornando suas expressões angustiadas, desesperadas e machucadas pela opressão e dominação, mulheres mutiladas emocionalmente pela agressividade daqueles que deveriam ser companheiros/amantes e amigos. Conforme depoimento a seguir:

Fui casada com ele durante 20 anos e temos dois filhos, apoiei os estudos dele, pois acreditava em seu potencial. Depois que abrimos a empresa ele começou a maltratarmos, fui espancada e torturada e passei a fazer tratamento para depressão severa e hipertensão, meus medicamentos [...] ele não comprava e eu pegava tudo no Posto de Saúde e ele da maneira mais cruel jogava meus remédios e me espancava na cabeça e em outros lugares que ninguém via as marcas, pois quando eu falava [...] ele dizia para as pessoas que eu era desequilibrada. Cheguei a manter relações com ele forçadamente, com uma faca na cabeceira da cama e em um desses momentos fiquei grávida. Consegui fugi com minha filha menor, mas deixei meu menino [...] eu estou aqui e ele esta distante e preciso trazê-lo para Sergipe, mas não tenho condições, o triste também é que matei minha filha no 6º mês de gestação, tomei chumbinho [...] sou uma assassina e não mereço viver, tenho que morrer, eu sou miserável, não mereço viver. (Edna)

Para Saffioti (2009) como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, a inserção lenta e constante da imposição masculina como superior em detrimento da submissão feminina, produziu desequilíbrio nas relações entre homens e mulheres, criando desigualdades baseadas no exercício do poder do mais forte sobre o supostamente mais fraco.

Diante dos fatos, é visível a ordem patriarcal de gênero e suas manifestações de violência, onde a sociedade moderna contemporânea é transversalizada pela cultura da violência. Outrossim, nos deparamos com o mito do amor romântico embebido de feminilidade tradicional (mulher dócil, mãe e esposa frágil) mito esse difícil de se desvencilhar, pois muitas dessas mulheres são dependentes não só financeiramente, mas principalmente dependência emocional e outras meio a todos os conflitos e baixa auto estima tornam-se emocionalmente mutiladas. Não obstante, Bonacchi e Groppi registram que a “teoria da igualdade” pede a cada um, independentemente de ser mulher ou homem, classe social, raça, geração, dentre outros, em qualquer situação, seja ofertado o que merece cuja distribuição deve ser entendida em sentido amplo, não só como distribuição de bens materiais, mas também de

benefícios, de direitos, respeito, consideração e honra. (1995, pp. 282-283)

Partindo deste princípio, algumas características como a sensibilidade, afetividade, entre outras, que antes eram tidas como feminina pelo fato de serem consideradas fraquezas, passaram a unir e são determinadas como essenciais, haja vista que tais características também podem ser encontradas nos homens, entretanto, os mesmos camuflam para não parecerem frágeis e motivos de “piadas” perante a sociedade pautada nos moldes patriarcalistas. Em contrapartida, as mulheres cultivam como um dom, desenvolvendo-as e amadurecendo-as em cada situação. Nesse sentido, faz-se mister ressaltar que devemos pensar o lugar do masculino e do feminino numa perspectiva mais ampla, ou seja, na perspectiva do homem, da mulher, da criança, do idoso, do branco, do negro, do índio independentemente de classe social.

Numa sociedade onde o valor de referência é derivado do eu, a família é importante na medida em que vier possibilitar meios cada membro constituir-se como sujeito autônomo. Portanto, esta função da família põe em evidência suas contradições internas, pois, ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles podem ser negados.

Diante do exposto, percebe-se que o modelo tido como tradicional de família, composta por pai, mãe e filhos, vem sofrendo inúmeras alterações e, estas modificações são capazes de modificar sua configuração, o seu funcionamento e os papéis desenvolvidos pelos seus membros no contexto familiar, ou seja, as mudanças alteram além da composição familiar, porque é na família, bem como fora dela, que os indivíduos agregam valores/normas para o alcance da cidadania, que por séculos as mulheres foram excluídas, assim conforme Cruz (2009) “A passagem das mulheres da exclusão para a inclusão, mesmo que parcialmente completa, deixa várias tensões não resolvidas no que se refere a cidadania, que de forma resumida pode ser identificada como tensão entre direitos individuais e direitos comunitários, assim a análise de gênero considerar as diferenças como potencialmente inseparáveis da capacidade da cidadania, historicamente construídas e questionadas como norma de igualdade”.

Assim, os fatos ora mencionados nos remete ao empoderamento, onde Horochovski e Meirelles (2007) com esmero registram que a definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos decidir sobre as questões que respeito. Outrossim, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz,

visibilidade, influencia e capacidade de ação e decisão. Sendo assim, o poder é adquirido no processo de socialização, onde o primeiro passo esta na socialização primária, ou seja, na família e depois na secundária (a sociedade) e, por conseguinte, é pertinente salientar que todas as pessoas tem condições de buscar, conquistar e garantir o poder, mas o poder limitado não significa a destituição do poder.

Paralelo a isso, Saad (2005) explica que a construção do gênero é fenômeno complexo e que deve ser levado em conta na compreensão psicanalítica. Sendo o poder masculino representado pelo pênis, o falo (que quanto maior melhor), visto que é dele que emana o poder. Assim, ao reportar-se a Ramirez (1989) a pesquisadora salienta que o poder é entendido, como respeitabilidade, autoridade, invulnerabilidade, força, “Fazer-se homem é processo difícil e doloroso e que o converte em seu próprio opressor”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, sem a intenção de querer esgotar a temática em questão, percebe-se que gênero é um campo epistemológico que não surge do nada, mas sim das relações sociais, em contrapartida pode-se afirmar que o gênero não surge com o intuito de mudar os paradigmas e sim para contribuir e superar as relações do patriarcado. Outrossim, surgiu para estudar a subjetividade e hierarquia (o poder).

Quanto a sexualidade, cabe ressaltar que pode ser visualizada enquanto sinônimo de sensualidade, carinho, afeto, toque, amor e comunicação, possibilitando reflexão acerca do sentimento, possibilitando condições de observação para vivenciar o sujeito nas relações interpessoais.

Entretanto, vale ressaltar que, apesar desse modelo já fixado tanto no homem quanto na mulher, esse quadro vem mudando com a visualização dos novos modelos de família, com outras configurações diferentes dos padrões “normais” que vêm redesenhando a família a partir das construções das novas composições familiares monoparentais, que já são um grupo considerável, sobretudo nas classes populares.

Historicamente, a sociedade contempla modelos de famílias que correspondam a diferentes papéis para homens e mulheres. Mas, apesar dessa concepção, na prática sempre foi imposta à mulher a responsabilidade de cuidar da prole, não só no que se refere às questões internas, mas também à subsistência da família. As mulheres pesquisadas confirmam o que dizem os autores acerca da família, da construção de gênero, das dificuldades e desafios, a inserção da mulher no mercado de

trabalho, violência, sexualidade, como também do sobre políticas públicas, que estudam esse fenômeno. Foi percebido, através da pesquisa que a mulher provedora, por estar subordinada ao homem, não é chefe de família, a menos que não exista a figura masculina em casa. Neste sentido, vale afirmar que ela é provedora, mas quem é chefe é o homem.

Neste processo de construção, foram percebidas também algumas contradições neste prisma das relações conjugais. Mesmo se dando conta de que ela é a provedora principal e que a presença do esposo é fator gerador de violências, a mulher manifesta como uma das suas grandes dificuldades a de educar os filhos sem a presença do pai. Destacam também a insegurança e o desafio que sente em virtude dos preconceitos que irão sofrer pelo fato de ficarem na condição de mulher separada.

Os momentos passados com as mulheres nas organizações dos processos trazem mais dúvidas que conclusões e remetem-nos a pensar no que de fato é ser homem e mulher, como também diversas interrogações pairam acerca do que é ser homem digno e companheiro? O que leva os homens a terem comportamentos agressivos com suas esposas/companheiras? O que eles pensam sobre suas atitudes e o quanto é prejudicial a eles e os seus familiares? Qual o motivo para uma mulher submeter-se aos maus tratos? E o que leva a dizer chega para a subserviência, opressão e violência?

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. (Cap.2). MARX E ENGELS – A Questão Feminina como Questão Social. (Cap. 3). ENGELS – A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. In: *FEMINISMO: O Ponto de vista Marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. *Variações sobre Sexo e Gênero Beauvoir, Wittig e Foucault*. In: *Feminismo como crítica a modernidade*. (Org.) Cornell, Drucilla. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CASTRO, Mary Garcia. *Gênero e poder: leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes*. Cad. Pagu [online]. 2001, n. 16, pp. 49-77.

CISNE, Mirla. GURGEL, Telma. *Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres*. In: *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *A construção do pensamento feminista sobre o “não-poder” das mulheres*. In: *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*, Salvador: Coleção Bahianas, 1998, p. 19-90.

CORNELL, Drucilla, SEYLA, Benhabib. *Introdução. Além da Política do Gênero*. In: Drucilla Cornell (org) *Feminismo como crítica à Modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos*. Neves, Paulo S. C. (Org.). In: *Educação, Cidadania e Questões Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O poder político e as mulheres nas eleições em Sergipe. In: *Candeiro*. Revista de Política e Cultura da Seção Sindica dos Trabalhadores da UFS – ANO X v. 15 e 18, Jan./dez 2009.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GAMA, Andréa Souza. *As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar-Social*. In: *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 41-68, jan./jun. 2008.

GROUPPI, Ângela. e BONACCHI, Gabriela. *Sobre a Liberdade e Dignidade das Mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges*. Ângela Grouppi e Gabriela Bonacchi (Orgs.). In: *O dilema da cidadania. Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *Igualdade e Diferença: são realmente incompatíveis?* Ângela Grouppi e Gabriela Bonacchi (Orgs.). In: *O Dilema da cidadania. Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo: UNESP, 1995.

HOROCHIVISKI, Rodrigo Rossi. MEIRELLES, Giselle. *Problematizando o Conceito de Empoderamento*. In: *Anais II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007.

MOUFFE, Chantal. *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. Ângela Grouppi e Gabriela Bonacchi (Orgs.). In: *O Dilema da Cidadania –*

Direitos e Deveres das Mulheres. São Paulo: UNESP, 1994.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (coords.). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

SAAD, Ambrozina Amália Coragem. *A difícil relação homem-mulher: as vicissitudes do convívio com as diferenças*. In: Anais XX Congresso Brasileiro de Psicanálise, Brasília, DF, 13 de novembro de 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Séries Estudos e ensaios – Ciências Sociais/FLACSO/ Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Brasil – Junho de 2009.

SACKS, Karen. *Engels Revisitado: A Mulher, a Organização da Produção e a Propriedade Privada*. In: ROSALDO, M. Z. *Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 185-205.

SCAVONE, Lucila. *A emergência das Questões feministas nas ciências sociais*. In: *Dar a vida e cuidar da Vida*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990, (pp. 05-22).

_____. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Ângela Grouppi e Gabriela Bonacchi (Orgs.). In: *O Dilema da Cidadania – Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo: UNESP, 1994.

VALCÁRCEL, Amélia. *O feminismo é uma teoria política ou uma ética?*. Ângela Grouppi e Gabriela Bonacchi (Orgs.). In: *O Dilema da Cidadania – Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo: UNESP, 1994.

¹ Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior, Assistente Social do Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Tiradentes.